

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

**Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no
Sindicato do Serviço Doméstico**

**Only those who learn can be free: education as political formation in
the Domestic Service Union**

**Sólo puedes liberarte si te educas: la educación como formación política
en el Sindicato del Servicio Doméstico**

**On ne peut se libérer que si l'on s'éduque : l'éducation en tant que
formation politique dans le Syndicat du Service Domestique**

Soraia Oliveira

Resumo: O Sindicato do Serviço Doméstico (1976-1986) reconheceu a importância de aliar à luta laboral a formação educativa das suas integrantes. Este trabalho procura entender o impacto dessa formação, através dos instrumentos político-educacionais utilizados pelo Sindicato – aulas de alfabetização, peças de teatro e campanhas culturais – na consciencialização política de mulheres que durante toda a sua vida haviam sido privadas de instrução.

Palavras-chave: serviço doméstico, Sindicato do Serviço Doméstico, instrução, consciência política

Abstract: The Domestic Service Union (1976-1986) recognized the importance of combining the struggle for work with educational training for its members. This paper seeks to understand the impact of this training, through the political-educational tools used by the Union - literacy classes, plays and cultural campaigns - on the political awareness of women who had been deprived of education all their lives.

Keywords: domestic service, Domestic Service Union, education, political awareness

Resumen: El Sindicato del Servicio Doméstico (1976-1986) reconoció la importancia de combinar la lucha laboral con la formación educativa de sus miembros. Este trabajo trata de comprender el impacto de esta formación, a través de las herramientas político-educativas utilizadas por el Sindicato -clases de alfabetización, obras de teatro y campañas culturales-, en la concienciación política de mujeres que habían estado privadas de educación durante toda su vida.

Palabras clave: servicio doméstico, Sindicato del Servicio Doméstico, educación, concienciación política

Résumé: Le Domestic Service Union (1976-1986) a reconnu l'importance de combiner la lutte syndicale avec une formation éducative pour ses membres. Cet article cherche à comprendre l'impact de cette formation, à travers les outils politico-éducatifs utilisés par le syndicat - cours d'alphabétisation, pièces de théâtre et campagnes culturelles - sur la conscience politique de femmes qui ont été privées d'éducation toute leur vie.

Mots clés: service domestique, Syndicat du Service Domestique, éducation, sensibilisation politique

Introdução

Este artigo focar-se-á no estudo da relação entre o processo de instrução promovido pelo Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) e a formação de consciência política, através de quatro elementos fundamentais: alfabetização, peças de teatro, cursos criados pelo Sindicato de forma a fomentar a aprendizagem das empregadas domésticas e produção de *Boletins Formativos e Informativos*, redigidos pelas sindicalistas.

O 25 de abril trouxe consigo a democratização e possibilidade dos trabalhadores se organizarem em sindicatos legais. O Sindicato do Serviço Doméstico, formalmente instituído em 1976, já se encontrava organizado, “na clandestinidade, a coberto da JOCF e da LOCF” (Vieira, 2010: 198), antes da revolução, com o objetivo de “concretizar a união de classe, pois só assim poderiam lutar pelos seus direitos” (Vieira, 2010: 201). Estabelecendo-se uma Comissão Pré-Sindicato, os objetivos primordiais destas mulheres passavam pela legalização do Sindicato, a implementação de uma lei que protegesse as empregadas domésticas e instrução das suas associadas, a partir de aulas de alfabetização e de educação política, considerando a elevada taxa de analfabetismo que caracterizava esta classe (Vieira, 2010: 231). É nesta última questão que o artigo se concentra.

De acordo com Inês Brasão (2012), o trabalho doméstico na cidade vendia o sonho de uma vida melhor às jovens das zonas interiores e rurais, como forma de escapar à pobreza e instabilidade do campo. Com base em testemunhos recolhidos pela autora, eram raras as raparigas que se conseguiam escolarizar para além do ensino obrigatório.

Na década de 1940, 68% das raparigas entre os 10 e 14 anos encontravam-se declaradas como criadas de servir (Brasão, 2012: 90). Não obstante, Brasão destaca que existia efetivamente uma “consciência dos elevados níveis de analfabetismo” (2012: 91) desta categoria profissional, chegando a ser discutido em debate parlamentar, no qual se recomendou às donas de casa a instrução das suas criadas, a par do programa liceal da Mocidade Portuguesa Feminina, que promovia a alfabetização (Brasão, 2012: 92).

De acordo com o Recenseamento de 1970 (1973), período que se aproxima cronologicamente da investigação, dentro de um total de 4 521 960 mulheres residentes em Portugal Continental e Ilhas, cerca de 1 693 305 afirmavam não saber ler, constituindo

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

uma percentagem de 37% de mulheres analfabetas¹. No que se refere ao ensino primário², 24% de mulheres residentes tinham o ensino elementar completo e 14% incompleto. No que se refere à área profissional, o Recenseamento registou 110 375 mulheres inseridas na categoria de “serviços domésticos”.

Neste sentido, de forma a perceber a relação entre a parca instrução feminina e o elevado número de mulheres empregadas domésticas à época, com a promoção da educação pelo Sindicato do Serviço Doméstico, debruçei a minha investigação sobre quatro temáticas: estudos de género, sindicalismo, trabalho doméstico e educação popular.

De forma a depreender um fenómeno tão singular como um Sindicato criado e composto apenas por mulheres, foi necessário refletir sobre a história das mulheres, na qual se destacam autores como Georges Duby e Michelle Perrot (Duby & Perrot, 1994), como também explorar questões de género. Joan Scott (1989; 1990; 1991) notabiliza-se neste último aspeto, através da sua contribuição para os estudos de género e das relações de poder.

Scott (1989) defende que o serviço doméstico, ao longo de toda a história, foi associado a um “trabalho de mulher”, precário e mal pago. Com a Revolução Industrial, ocorreu uma mudança nos setores profissionais ocupados pelas mulheres, sobretudo no que diz respeito à indústria; no entanto, o serviço doméstico manteve-se regular. Scott (1990: 73) perspetivou a história do género como mediadora da divisão funcional entre mulheres e homens, relacionando a história das mulheres com aspetos privados da casa, da família e da reprodução.

No que toca ao serviço doméstico mais concretamente, poucas obras são as que se focam neste tema, e menos aquelas que se debruçam sobre o seu carácter nacional. Inês Brasão, socióloga dedicada a temáticas relacionadas com mulheres e trabalho, é um nome de destaque nesta investigação, tendo sido pioneira no estudo das *criadas de servir* no período contemporâneo nacional. A sua obra, *O Tempo das Criadas* (2012), foi

¹ Este número contrasta com o total de 8 611 125 residentes totais, dos quais 4 089 165 eram homens e 1 201 040 analfabetos (cerca de 29%).

² De acordo com o Recenseamento (1973: s/p), o ensino primário é “o que tem por fim ministrar o ensino no seu grau mais baixo (...). Consideram-se assim o ensino obrigatório na época do recenseamento (dos sete aos catorze anos de idade, constituído pelos ciclos elementar – quatro classes – e o complementar – duas classes)”.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

fundamental para compreender a história do serviço doméstico entre as décadas de 1940 a 1970, questionando o “esquema ideológico oficial” que considerava a classe servil doméstica, por natureza, desobediente e imoral³. Foram igualmente utilizados artigos internacionais atendendo à condição subserviente trans-histórica das mulheres empregadas domésticas, nomeadamente autores como Carlos Alves Nascimento (2004) e a antropóloga Jurema Brites (2007), trabalhando a condição de criada no Brasil.

A par destes indispensáveis contributos, ressalta-se a obra de Antónia Celeste Vieira (2010: 9), cujo objetivo passa por “mostrar o mundo esquecido das empregadas domésticas [...] nas lutas que levaram a cabo para a conquista de direitos sociais e laborais e os processos formativos educativos” que se desenvolveram no Sindicato do Serviço Doméstico. Não descurando a sua importância, Vieira aborda a educação promovida pelo SSD no seu aspeto formal, no sentido de comprovar que a organização das sindicalistas exigia uma dinâmica formativa objetiva para concretizar tarefas administrativas, como gestão de creche e refeitórios, elaboração de estatutos, questões financeiras ou mesmo redação de cartas (Vieira, 2010: VIII).

Não obstante, este trabalho pautar-se-á por uma abordagem diferente, focada no estudo da relação entre a instrução e consciencialização política, tendo em consideração a criação do Sindicato, influenciado pelos valores do Período Revolucionário (1974-1975).

De acordo com Ana Benavente e Alberto Melo (1978: 15), a Revolução de Abril correspondeu a um período de alfabetização popular intensiva, associada à construção de uma sociedade socialista, defendida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e expressada posteriormente na Constituição de 1976, baseada, de acordo com Stephan Stoer (1986: 130), no “fim da exploração do homem pelo homem [...] onde as diferenças entre as classes sociais seriam maximamente esbatidas”.

Nesta senda, vai ser estabelecida uma relação direta entre a construção do socialismo e a educação, uma forte aliada da “transição para uma nova sociedade”, como constata o próprio Programa do Governo Provisório de 1975, demonstrado por Stoer (1986: 133). A alfabetização serviria para que se concretizassem as mudanças estruturais

³ A par de Brasão, vão destacar-se também artigos de Manuel Abrantes (2012) e Nuno Dias (2021), relativamente a esta temática.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

políticas, económicas e sociais ambicionadas pelos Governos Provisórios (Stoer, 1986: 158).

De acordo com o Recenseamento Geral da População de 1960, referenciado por Brasão (2012), cerca de 40% dos “serviçais, preceptores, assistentes de bordo, criados de quarto e equiparados” não sabiam ler nem escrever, ou apenas sabiam assinar o seu nome, sendo a maioria composta por mulheres.

É face a esta elevada taxa de analfabetismo que tentei compreender a necessidade da promoção de campanhas educativas pelo Sindicato do Serviço Doméstico, caracterizar as ações tomadas pelo SSD, no sentido de se desenvolver a instrução das associadas, nomeadamente explorando o seu funcionamento e as suas limitações, e analisar as formas de divulgação, a participação e os seus resultados.

Metodologia e Fontes

De forma a explorar os objetivos referidos, dividi o artigo em duas partes fundamentais, com respetivas subdivisões: na 1ª parte, *A relação da instrução com a consciencialização política*, proceder-se-á a uma análise acerca do método utilizado durante o Período Revolucionário, mais tarde apropriado pelo SSD; e na 2ª, *As atividades do Sindicato*, tratar-se-ão as ações específicas realizadas no âmbito do Sindicato como forma de educar as suas associadas.

No que toca à metodologia, esta pautou-se pela articulação da bibliografia com as fontes do SSD, disponíveis para consulta no *Arquivo da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN)*, localizado no Seixal, em Setúbal. Para a análise e seriação da informação relativa às fontes, foi criada uma base de dados, distinguindo-se a tipologia, o tema e as características formais de cada fonte utilizada.

No que diz respeito às fontes, devidamente exploradas e referenciadas no decorrer do trabalho, destacaram-se os catorze *Boletins Formativos e Informativos* disponíveis no Arquivo da CGTP-IN. Estes catorze documentos não correspondem à totalidade dos que foram produzidos, tendo em consideração que o *Boletim* mais recente disponível no Arquivo está registado com o número 22 e alguns deles não apresentam numeração. Os *Boletins* encontram-se organizados cronologicamente, com uma periodicidade bianual, sendo datados entre 1975 e 1984, contando cada um com quatro páginas e uma formação

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

em coluna dupla. O ano de 1979, mais especificamente o n.º 16, marca a mudança de título do *Boletim*, sem ser referido o motivo da alteração: de *Boletim Informativo* para *Boletim Formativo e Informativo*.

Para além destas fontes, foram utilizados trinta cartões de alfabetização, duas atas de reuniões, documentação solta relativa ao anúncio de cursos ou correspondência intersindical e o Recenseamento da população de 1970 (1973).

1. Instrução e Consciência Política

1.1. O analfabetismo feminino em Portugal

Como confirma Inês Brasão (2012), as mulheres perfaziam a maioria dos analfabetos, devido, sobretudo, ao facto de uma família pobre, deparando-se com dificuldades e filhos para criar, mandar à escola os rapazes enquanto as raparigas ajudavam em casa ou na costura.

No panorama nacional, na década anterior à revolução, de acordo com Melo e Benavente (1978), 31,3% da população ativa não sabia ler e 58,5% não era escolarizada. Depois da queda do Estado Novo, como brevemente foi referido supra, denotou-se um período intenso de iniciativas de educação popular, impulsionadas, inclusive, pela Direção Geral da Educação Permanente (DGEP), uma associação coletiva autogerida que primava pela comunicação oral e linguagem audiovisual que tinha “um papel muito importante no processo educativo” (Melo e Benavente, 1978: 11). As campanhas promovidas pela DGEP e pelo MFA caracterizaram-se pela utilização da realidade das pessoas e da sua cultura, tradição e quotidiano – a partir destas, produziam-se materiais que se enviavam às populações, sob a forma de fotografias, filmes e discos, à semelhança do que se efetuou no Sindicato do Serviço Doméstico.

No que concerne à classe do serviço doméstico, a informação disponível sobre o seu nível de alfabetização é escassa, tendo em consideração que muitas delas não respondiam diretamente aos censos, por estarem inseridas nos agregados dos patrões. Não obstante, Inês Brasão (2012), fornece alguns dados relativos à década de 60.

Na tabela 1, correspondente ao *nível de instrução no serviço doméstico*, estão representadas as percentagens relativas à classe dos “serviçais, preceptores, assistentes de

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

bordo, criados de quarto e equiparados”. Dentro de um total de 183 850, 37,7% não sabiam ler.

Tabela 1 - Nível de instrução no serviço doméstico (totais nacionais), referente ao ano de 1960

1960	Total	Não sabiam ler	Sabiam ler sem frequentar um grau de ensino	Com ensino primário	Com grau de ensino
Serviçais, perçetores, assistentes de bordo, criados de quarto e equiparados	183 850	69 375	66 152	46 675	60 078
	100%	37,7%	36%	25,4%	32,7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de dezembro de 1960, Tomo V, vol. 1, Condições perante o Trabalho e Meio de Vida, Lisboa, Imprensa Nacional, 1964, retirado de Brasão (2012: 92).

O panorama era tão mais grave para o sexo feminino que o próprio Estado se inquietava, promulgando-se, quase duas décadas depois, no ano de 1979, um decreto no Diário da República “referente à eliminação do analfabetismo (...) de particular interesse para as mulheres portuguesas”, como comprova o *Boletim n.º 1 da Comissão da Condição Feminina*. Nesse mesmo ano, esta Comissão expôs a necessidade de dar às mulheres igualdade de oportunidades na educação.

O analfabetismo atingia, na primeira linha, as mulheres trabalhadoras, contribuindo para que se mantivessem presas às tarefas indiferenciadas e mal pagas. De acordo com Jorge Gaspar (1978), o fator de género, sobretudo quando associado a classes sociais mais desfavorecidas, é extremamente importante para compreender o analfabetismo “alarmante” da década de 60. Durante este período, em Portugal, a taxa de analfabetismo feminina era superior à masculina, independentemente do local (Gaspar, 1978: 315). Gaspar (1978) destaca, ainda, uma diferença entre o litoral e o interior, no qual o segundo apresenta, efetivamente, taxas mais elevadas, devido à “procura deliberada de manter as áreas rurais em estado de profunda ignorância” (1978: 316).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

Estas diferenças são também abordadas por Maria Filomena Mónica (1978) que refere que a assiduidade escolar traduzia uma desigualdade não apenas relativa ao género⁴, mas também geográfica, já que o acesso à escola era mais dificultado fora da cidade (1978: 242).

1.2. “Política, sim ou não”? Educação *boicotada* pelas elites

A “política educacional procurou manter as populações rurais no isolamento cultural e o conjunto do povo português num nível escolar extremamente baixo”, como afirmam Melo e Benavente (1978: 27). Durante o Estado Novo, fecharam-se escolas primárias com menos de 45 alunos, causando graves consequências nas regiões rurais e interiores.

As próprias empregadas domésticas confirmaram este isolamento. No *Boletim Informativo* n.º 12 (fevereiro de 1977: 2), estas afirmaram que “o Governo começava por cortar as possibilidades e o acesso à instrução primária fazendo abrir poucas escolas e estas com grandes deficiências”. Inclusive, de acordo com Melo e Benavente (1978: 30) durante o regime, apesar de terem surgido algumas tentativas de organização sociocultural e de educação popular, o Estado reprimiu pela força e vigiou afincadamente este tipo de organizações (Melo e Benavente, 1978: 30). Como revela um testemunho presente no *Boletim* n.º 12 (fevereiro de 1977: 2), as domésticas consciencializaram-se dos mecanismos utilizados pelas forças conservadoras para manter a política da educação e cultura inacessíveis à população:

“É bem do conhecimento de todos nós o interesse que o antigo regime português de Salazar e Caetano tinha em nos manter no obscurantismo, isto é, nos manter o mais ignorantes possível. Uma das suas façanhas era mesmo essa, não dar ao povo a possibilidade de ele se instruir, quer na escola, como na cultura, como também politicamente. (...) Claro que se a instrução fosse aberta a todos os homens e mulheres do nosso país já há muito tempo que se tinha feito o 25 de abril do povo e isso não interessava aos senhores do Estado”.

Paulo Freire defendia que a classe dominante reconhecia a educação como uma “ameaça à concentração de poder pelas elites” (Reis, S. T., 2023: 7). Os dominados, reconhecendo “o quanto se está mal”, isto é, o seu lugar de oprimido, eram capazes de

⁴ “Em cada 100 rapazes, 36 iam à escola, ao passo que em 100 raparigas, só 29 o faziam” (Mónica, 1978: 254).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

dar um passo na luta pela transformação das estruturas que os oprimiam (*Boletim Informativo* n.º 14, março de 1978: 2).

Nesta senda, as domésticas vão associar a elevada percentagem de analfabetos à irrisória participação política, que apenas se poderia consolidar com a libertação cultural. A “cultura”, como professa Amílcar Cabral, trata-se do ato de “conhecer-se a realidade que nos rodeia para a modificar”, sempre como um ato coletivo e não individual, referência defendida e utilizada pelas sindicalistas (Ibidem: 2) que, ao mobilizarem Amílcar Cabral, mostravam já uma forte consciência política e conhecimento de figuras políticas revolucionárias de referência.

Como veremos adiante, de acordo com os *Boletins Formativos e Informativos do SSD*, “a formação cultural e social das empregadas domésticas e Mulheres a dias é uma das preocupações do (...) Sindicato” (*Boletim* n.º 18, maio de 1980: 2). Associando o analfabetismo a um sentimento de inferioridade (*Boletim* n.º 11, outubro de 1976), as empregadas domésticas vão seguir os passos dos processos educativos que se implantaram durante o processo revolucionário, altura em que a Comissão Pré-sindicato já se havia estabelecido.

1.3. O método de Paulo Freire e a sua aplicação durante o Processo Revolucionário (1974-1975)

A revolução política exigia uma revolução cultural, traduzida, como confirma Rogério Fernandes (1987: 233), na “elevação do nível de cultura do Povo português, na possibilidade de fruição, pela imensa maioria, das grandes criações da humanidade no domínio da arte, da literatura, da ciência e da técnica”.

De acordo com Stoer (1986: 161), um dos principais objetivos do MFA pautava precisamente pela “promoção de actividades culturais e artísticas, nomeadamente no campo da literatura, teatro, cinema, música e artes plásticas, mas também dos meios de comunicação de massas, como veículo indispensável para o desenvolvimento da cultura do povo”.

Maria João Mogarro e Joaquim Pintassilgo (2009: 21), autores que estudam a educação durante o período em questão, afirmam que a Revolução, exigindo uma transformação socialista, necessitava de garantir à população “competências mínimas ao

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

nível da leitura, da escrita e do cálculo para poderem intervir de forma consciente e activa na vida democrática”. A revolução política não seria, no entanto, suficiente - exigia-se uma revolução cultural que, por si própria, necessitava de alfabetização.

Confirmando a tese dos autores supra, Melo e Benavente (1978) acrescentam que, no ano de 1975, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização, na perspectiva de construir uma sociedade socialista através da mobilização popular. O objetivo desta campanha pautou-se pela consciencialização, organização e mobilização. Como corrobora Stoer (1999: 10), durante os dois anos de período revolucionário “floresceram, de forma explosiva, associações que apresentaram uma grande capacidade de mobilização social, cultural e política”. O autor assegura, inclusive, que o caso português representou um exemplo exímio das ideias de Freire, consideradas como a norma e não a alternativa⁵. Estas associações, de acordo com Benavente e Melo (1978), foram responsáveis pela criação de atividades como o teatro e a passagem de filmes, bem como a alfabetização e preparação para exames, sobretudo associados à progressão de carreira e à obtenção de um salário melhor.

No Sindicato do Serviço Doméstico, não foi diferente. As empregadas reconheceram num projeto de educação e alfabetização uma tentativa de “concretizar o [...] desejo de fazer a 4ª classe, como forma de valorização pessoal e da possibilidade de arranjar um emprego diferente” (*Boletim Informativo* n.º 12, fevereiro de 1977: 2).

A todo este processo educativo chamamos de *educação popular*. De acordo com Barreiro (1987: 88), esta pode ser identificada como um “veículo pedagógico de consequências libertadoras”, sendo capaz de criar situações pedagógicas capazes de contribuir para a modificação da consciência da classe oprimida. O desenvolvimento da *consciencialização* é um elemento essencial da educação popular, correspondendo, de acordo com Paulo Freire (1986: 57) ao “processo pelo qual os homens se preparam eles próprios para inserir-se de modo crítico numa acção de transformação” – perante a capacidade crítica, o Ser Humano consegue contribuir para a mudança da sociedade (*Ibidem*: 52).

⁵ Stoer (1999: 80) refere que “Desde que o trabalho de Freire se tornou conhecido, não tem havido outro período melhor que o período de 1974-76 em Portugal para o desenvolvimento e implementação de uma reforma radical da educação”.

1.3.1. Freire e a *Pedagogia do Oprimido*

Como explanado supra, o período revolucionário foi marcado pela aplicação do método de Paulo Freire como forma de educar as massas. Autor da reconhecida obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire insiste numa narrativa educacional em que o educando pode construir o seu caminho para a liberdade. Desta forma, à semelhança do que confirma Barreiro (1986), Stoer (1999: 80) constata que “a educação teria como finalidade o reconhecimento dos sujeitos em sua condição de opressão”.

É, neste sentido, que o método *freiriano* se desenvolve com base na valorização do senso comum e do conhecimento prévio dos educandos. José Luiz Teixeira (2006) vem referir que a educação dos adultos deveria partir, inicialmente, de um exame crítico da realidade dos educandos, identificando-se as suas origens, os seus problemas e possíveis soluções. De acordo com Teixeira (2006), este deveria iniciar-se por uma *etapa preparatória*, na qual o alfabetizador exploraria a realidade do seu grupo, fazendo um levantamento do seu universo vocabular, associado à seleção de *palavras geradoras* que, segundo Freire (1986: 33), correspondem “aquelas que, sendo compostas por sílabas, tornam possíveis, através da sua combinação, a criação de outras palavras”.

Paulo Freire (1986: 35) vai destacar a importância do reconhecimento cultural dos educandos, tendo em consideração que muitos destes se encontravam extremamente cansados – através deste método seria possível captar as palavras do povo. Estas palavras, para além de permitirem a aprendizagem fonética e escrita, incentivavam o diálogo e a reflexão acerca das realidades do aprendiz.

Como revelam Melo e Benavente (1978), aplicando a teoria à prática, como se verificará mais tarde no SSD, durante as campanhas de alfabetização do período revolucionário, as *palavras geradoras* que se destacavam passavam por, a exemplo, “tijolo”, “trabalho”, “máquina”, “escola”, “saúde” e “habitação”. Desta forma, através da palavra “habitação”, deveriam surgir discussões acerca do direito à habitação digna, as características fundamentais de uma casa ou até mesmo refletir acerca da importância da habitação para o Ser Humano.

Outra característica relevante deste método traduz-se na importância atribuída ao diálogo entre educador e educando, numa perspetiva mutualista em que ambos adquirem

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

conhecimento. De acordo com Freire (1976), a educação tradicional visualiza o educando como uma “caixa” na qual o educador faz os seus “depósitos”, negando ao educando a sua criatividade e as suas propensões. Numa perspetiva que defende a educação como forma de libertação, o educador deve, ele próprio, educar-se e abrir a instrução ao diálogo e partilha (Freire, 1976: 56).

É, seguindo o método *freiriano*, explanado acima, que as empregadas domésticas vão vincular a educação à libertação, associando-a à obtenção de conhecimento político. Neste sentido, o SSD vai investir na instrução, através da alfabetização e da produção cultural, não apenas considerando a necessidade de aprendizagens formais para o bom funcionamento do sindicato, mas à libertação da exploração.

2. As atividades do Sindicato

2.1. A alfabetização - “transformar as aulas em troca, em riqueza e em acção”

Perante a elevada percentagem de analfabetos na classe doméstica, as sindicalistas vão criar um serviço de alfabetização “para ensinar a ler, a escrever e a participar da vida política do País” (*Boletim* n.º 12, fevereiro de 1977: 2), aberto não apenas aos membros, mas a toda a classe trabalhadora.

“Sabemos o que é ser analfabeto: sermos muitas vezes enganados e humilhados, não compreendermos as notícias dos jornais e da televisão. Não sabendo ler e escrever é como se andássemos às escuras [...] conversamos e discutimos sobre o que mais nos preocupa, quebrando, assim, a rotina e a solidão do nosso trabalho. Todas juntas temos mais força para continuarmos a lutar por uma vida melhor” (*Boletim* n.º 13, setembro de 1977: 2).

Desde cedo que as empregadas domésticas associaram o analfabetismo e falta de instrução à incapacidade de se libertarem. O primeiro *Boletim* a que tive acesso mostra precisamente a associação que se faz entre o estudo e a emancipação profissional e pessoal:

“Sem habilitações literárias, resta-nos o trabalho dos campos ou como empregadas domésticas. (...) Lutemos pela nossa valorização, pois, só assim conseguiremos a libertação total” (*Boletim* 4/5: 2)

Embora se denote o reconhecimento da condição de oprimido, fortemente inspirada nos ideais que o Processo Revolucionário espalhava, é em outubro de 1976 que é

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

confirmado, através do *Boletim Informativo* n.º 11, a aplicação oficial do método *freiriano* na alfabetização. Iniciado no Porto, tinha o objetivo de “aproveitar todas as possibilidades culturais das alunas” (*Boletim n.º 11*: 3). Antónia Celeste Vieira (2010) vem informar que a alfabetização era promovida pelo sindicato e pela cooperativa a ele associada, a Cooperativa Operária de Prestação de Serviços⁶ (Cooperserdo) e decorria nas suas respetivas sedes em noites alternadas ou aos fins-de-semana, tendo em consideração o pouco tempo livre que as empregadas domésticas tinham (Vieira, 2010: 350). As fontes, nomeadamente os *Boletins*, evidenciam apenas quatro cidades que tinham aulas de alfabetização promovidas pelo Sindicato: Porto, Lisboa, Évora e Aveiro.

Em concordância com o método de alfabetização *freiriano*, as aulas iniciavam-se com um diálogo coletivo, admitindo e incentivando a participação de todas, inspirando-se em cartazes e leituras de jornais para escolha do tema a debater, escolhendo-se, desta forma, as tais *palavras geradoras*, como confirma Vieira (2010). Uma breve análise ao manual disponível no arquivo, *Material de Leitura – Fase de Iniciação. Apoio às Acções de Alfabetização e Educação Básica de Adultos* (1980), revela algumas palavras utilizadas: “vida”, “povo”, “bata”, “missa”, “comissão”, “vila”, “fábrica”, etc.

Não obstante, apesar da vontade de aprender a ler rapidamente de forma a “ser gente verdadeiramente útil na construção da nova sociedade” (*Boletim n.º 11*: 3), as alunas rejeitaram, inicialmente, a parte do diálogo dos temas tratados. As fontes não referem os temas rejeitados, apenas que “não houve movimentação para fora da aula, o pôr a debate grandes problemas” (Ibidem: 3).

Conforme as suas aptidões e o seu progresso, de forma a serem apoiadas mais especificamente, as aprendizes eram divididas em grupos e ensinadas por empregadas domésticas alfabetizadas. Não obstante, o conjunto dos *Boletins* revela que apenas existiriam três grupos: um para aprender a ler e a escrever, outro correspondente ao ciclo preparatório e outro de preparação para o exame da 4ª classe.

Apesar de dispersos regionalmente e temporalmente, os *Boletins* identificavam alguns números de alunos, geralmente inferiores a dez, que participavam na alfabetização.

⁶ De acordo com Vieira (2010: 215), a Cooperserdo “veio a constituir a resposta para as dificuldades sociais e financeiras sentidas” pelo Sindicato, tendo surgido, de início, para resolver os problemas das associadas que ficavam desempregadas, “dando-lhes alojamento, alimentação e uma alternativa de trabalho”.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

No entanto, quando esse número aparecia diminuído, raramente era justificada a causa; se por desistência, se por conclusão da formação.

No Porto, conforme se verifica na *Ata do Encontro Nacional de 4 de julho de 1976*, Gracinda, uma empregada sindicalizada, refere que as pessoas haviam desistido, tanto do grupo de alfabetização, como do ciclo preparatório, restando apenas o grupo da 4ª classe funcional. Demonstra-se, efetivamente, que o início da alfabetização se mostrou conturbado, sobretudo devido à falta de tempo e disponibilidade para que as educandas pudessem estudar⁷. Ademais, ressalta-se a dificuldade em aguentar o funcionamento dos grupos, devido às desistências decorrentes e ao longo do horário de trabalho já referido, mas também à falta de monitores, apelando-se à ajuda de integrantes já alfabetizadas. Para ser monitor, de acordo com o *Boletim* n.º 18, bastaria fazer um curso de formação de monitores que deveria durar cerca de duas tardes (Ibidem: 3).

Na cidade do Porto, as sindicalizadas inscreviam-se nos cursos através da sua Delegação ou das Assembleias mensais. No que diz respeito ao seu funcionamento, nessa mesma cidade, tendo em consideração a quantidade de participantes, era recorrente o recurso à colaboração de delegadas ou dirigentes que haviam já terminado o exame da 4ª classe⁸. Uma entrevista realizada a Laura Gonçalves Pereira, no ano de 2005, no Porto, por Antónia Celeste Vieira (2010), mostra um exemplo prático de como funcionava a dinâmica de monitor. Laura revela que quando entrou para o sindicato apenas possuía a 3ª classe tendo posteriormente feito a 4ª através da alfabetização, sendo, mais tarde monitora.

Mesmo perante as adversidades referidas, as empregadas domésticas lutavam pela continuidade do projeto, declarando afincadamente que “enquanto houver analfabetos na nossa classe, nós levaremos por diante esta iniciativa que tem dado os seus frutos” (*Boletim Informativo* n.º 18, maio de 1980: 3).

Um ano depois, em setembro de 1977, no Porto, admitindo-se o analfabetismo como “um dos grandes problemas das Empregadas Domésticas” (*Boletim Informativo* n.º 13, setembro de 1977: 2) sentia-se vontade de dar continuidade ao projeto, passando a

⁷ No *Boletim* n.º 18, de maio de 1980: “estas trabalhadoras não podem vir às sessões antes das 21 horas” (1980: 3).

⁸ “E tu se sabes ler e escrever, se fizeste o exame da 4ª classe vem também até ao Sindicato para ensinares as tuas colegas que não sabem, para aprender a alfabetizar, para seres monitora de alfabetização” (*Boletim* n.º 18, maio de 1980: 3).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

funcionar um grupo da 4ª classe, na sede do sindicato, localizada na Avenida da Boavista, e um grupo de alfabetização, em Campanhã, perto da residência de algumas empregadas domésticas.

De acordo com os testemunhos deixados pelas empregadas nos *Boletins*, durante as aulas era recorrente discutir-se os problemas e questões que as preocupavam, tal como a situação política do país (*Ibidem*: 2). Desta forma, denota-se uma evolução relativamente ao interesse pela discussão, tendo em consideração o desânimo retratado no ano anterior.

Três anos depois, em maio de 1980, o *Boletim Formativo e Informativo* n.º 18 vem afirmar que todos os anos se fazia um levantamento das interessadas em se alfabetizar ou realizar o exame da 4ª classe⁹.

No início da década de oitenta, as empregadas revelavam que o trabalho era duro e exigente, mas com resultados positivos, afirmando-se, inclusive, mulheres interessadas em sindicalizar-se por sentirem ter adquirido consciência de classe, sobretudo devido à participação ativa nos debates em torno de assuntos como saúde, educação e governo. Demonstra-se, mais uma vez, uma alteração face aos anos anteriores em que o entusiasmo perante a alfabetização e discussão aparenta crescer. Uma testemunha não identificada escreve no *Boletim* n.º 18: “gosto tanto de vir à alfabetização, estou sempre ansiosa que chegue a hora. Sinto-me mais livre. Isto não devia acabar” (*Ibidem*: 3).

Como veremos adiante, a alfabetização constituiu a força de arranque para a produção dos *Boletins Formativos e Informativos*, assim como para as peças de teatro.

2.2. Boletins Formativos e Informativos – o “elo de ligação”

Os *Boletins Formativos e Informativos* produzidos pelo SSD tinham como objetivo, de acordo com Vieira (2010: 213), “continuar o trabalho de consciencialização já iniciado antes do 25 de abril. [...] Nele[s] [...] divulgavam-se as campanhas de alfabetização [...], apela[va]-se à participação activa nas iniciativas de natureza cultural, recreativa e reivindicativa”. Segundo a autora (2010: 215), a função informativa do *Boletim*

⁹ Não obstante, nenhuma fonte relativa a este levantamento, tal como aos resultados obtidos perante estas práticas, foram encontrados no Arquivo da CGTP ou na bibliografia. Comprova-se uma efetiva lacuna estatística e, posto isto, a incapacidade de delinear uma conclusão precisa.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

transformou-o num verdadeiro instrumento pedagógico para a formação das empregadas domésticas.

Nuno Dias (2021: 5) reitera a sua importância, afirmando que o periódico se tornou “um meio fundamental de circulação de informação sobre [...] a denúncia, a divulgação de direitos, a partilha de experiências, [...] e também da persistência da fronteira social e política que teima em reconhecer o valor da profissão”. As próprias domésticas confirmam-no, considerando um “elo de ligação entre todos nós que estamos bastante dispersos por todas as regiões do País, e casa por casa. A missão do Boletim é informar todos os colegas, especialmente os que já aderiram ao nosso Sindicato” (*Boletim* n.º 10, julho de 1976: 1).

Desejava-se que o *Boletim* fosse mensal, apelando-se a que as empregadas domésticas participassem e contribuíssem para o mesmo, perante um quadro de fraca participação, de forma a “manter vivo o [...] espírito de luta sindical e aceso o nosso ideal de libertação” (*Boletim* n.º 10, julho de 1976: 1). Incentivava-se a escrita de testemunhos pessoais e o levantamento de problemas da classe, como forma dos leitores reconhecerem as inquietações das domésticas.

Neste periódico, é frequente o reconhecimento da importância das habilitações literárias para a consciencialização política e libertação total, assumindo-se que, por exemplo, qualquer pessoa poderia chegar a cargos elevados, como a delegado. Neste sentido, como forma de ser um *instrumento pedagógico* marcadamente influenciado por uma ideologia socialista, era constante a explanação de conceitos como o de *Sindicato* ou até mesmo *Luta de Classes*.

Parte muito significativa da informação acerca dos *Boletins* foi conseguida através da sua leitura e análise crítica, tendo em consideração a inexistência de fontes que identifiquem as associadas por ele responsáveis, quem exatamente o redige e em que edições e o meio em era impresso¹⁰.

¹⁰ Perante a oportunidade de assistir a uma intervenção de Conceição Ramos, primeira presidente do SSD, soube que os *Boletins* eram distribuídos porta-a-porta na casa dos patrões pelas próprias domésticas, já que eram as mesmas que viam a correspondência.

No âmbito do 25 de abril, Conferência *As mulheres são revolução*. Porto, 10 de fevereiro de 2024.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

2.3. Teatro

Antónia Celeste Vieira (2010) confirma que, à semelhança dos *Boletins*, as peças de teatro foram iniciativas pensadas durante as aulas de alfabetização, mas que apenas se dactilografaram meses ou anos depois.

Foram duas as peças de teatro que se destacaram: *Mulheres em Luta* e *Ou Vai ou Racha*. Estas faziam, inclusive, parte do material que servia de mote para discussões nas sessões de alfabetização.

Mulheres em Luta foi uma peça de teatro pensada no ano de 1977, de forma espontânea, na qual doze mulheres que a representaram pretendiam “dar a conhecer a todos a sua vida, as suas preocupações através do teatro” (*Mulheres em Luta*, 1980: 1). De acordo com o *Boletim Formativo e Informativo* (s/n.º, 1980), a peça, apresentada previamente em Associações Culturais não identificadas, foi editada três anos depois da sua primeira representação, no dia 25 de abril de 1980, de forma a efetivar a memória escrita, para que ficasse para a história, visto que a peça, até à data, seria representada sem papéis atribuídos e escritos. Quando transcrita, foi vendida por 20\$00 e o dinheiro da venda destinou-se a angariação de fundos para uma casa no Porto (*Boletim* s/n.º, 1980: 4).

A peça inicia-se com uma empregada doméstica analfabeta que chega ao Porto para trabalhar, vinda do interior do país. Não conseguindo decifrar o papel da morada, é interpelada por uma empregada que a tenta ajudar, divulgando-lhe, inclusive, o Sindicato do Serviço Doméstico. A representação vai demonstrar o quotidiano de uma serviçal, expondo as injustiças pelas quais passavam, tal como a sujeição a determinados “caprichos” dos patrões. A história é semelhante em *Ou Vai ou Racha*, na qual também as personagens, o diálogo e o próprio enredo se inspiraram na experiência de vida de cada pessoa.

Como comprova Vieira (2010: 354/355) “a representação da peça de teatro era um pretexto para a mobilização de outras colegas”. De forma a manter as sindicalizadas mobilizadas, as delegadas e monitoras dos cursos de alfabetização, quando concluíam as suas responsabilidades, passavam muitas vezes para o processo de criação cénico. O “grupo de teatro”, constituído de forma informal, era o mesmo que se responsabilizava

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

pela organização de excursões, convívios e passagem de filmes que aconteciam, sobretudo, nas grandes cidades do Porto e Lisboa.

De facto, a realização de peças de teatro mostrou-se um mecanismo eficiente de educação por todos os movimentos nacionais e mesmo internacionais que o aplicaram. Exemplo claro disto foi o *Grupo Forja de Teatro*, no Brasil, ativo na década de 80, no qual o *Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema* utilizaram o teatro partindo de uma “constante necessidade de registro, fundamentação e argumentação”, pensado como “material de propaganda interna e externa, com intuito de fortalecer o coletivo no Sindicato, constantemente incompreendido quanto à sua função de formação cultural” (Castro, 2020: 177). À semelhança do SSD, o *Grupo Forja*, de acordo com Márcio de Castro (2020: 177) reconheceu que a “compreensão das produções de memórias e histórias relacionadas à prática teatral” foi muito limitada perante a não publicação dos roteiros das peças, refletindo-se na necessidade de transcrição.

Efetivamente, confirma-se que a própria transcrição das peças revela um testemunho direto sobre a condição das sindicalistas e da atividade doméstica particular em Portugal.

De acordo com os testemunhos recolhidos pela autora (Vieira, 2010), o teatro serviu “como veículo de divulgação cultural e de debate dos [...] problemas”, como um “pretexto para a mobilização de outras colegas”, “iniciativa com transmissão de ideias positivas” e visibilidade do abuso da exploração das raparigas e até dos seus pais, cometido pelos seus patrões.

2.4. Cursos de férias – “pôr a cabeça a funcionar para encontrar formas de sair da discriminação”

A par da alfabetização, da produção de *Boletins* e da representação cénica, o Sindicato do Serviço Doméstico investiu noutras atividades culturais que estimulassem o conhecimento político das suas integrantes. Dentro desta perspetiva, destacaram-se cursos de férias com o objetivo de “esclarecer as [...] companheiras dos seus direitos e [...] decidir formas de luta que vão solucionar os nossos problemas” (*Boletim Informativo* n.º 10, julho de 1976: 3).

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

No sentido de preparar o I Congresso das e dos trabalhadores do serviço doméstico, ocorrido em Lisboa, no dia 28 de outubro de 1979:

“Nós, mulheres a dias, empregadas domésticas, vamos juntar-nos para discutir a nossa situação, trocar impressões, aprender, conviver e pôr a cabeça a funcionar para encontrar formas de sair da discriminação a que estamos sujeitas.” (folheto do Curso de formação para as mulheres a dias e empregadas domésticas para preparação do I Congresso das e dos trabalhadores do serviço doméstico, s/data).

À semelhança deste, deu-se igualmente outro curso, em outubro de 1981, o Curso de iniciação sindical do Porto, no qual se juntaram 29 mulheres a dias e empregadas domésticas da zona norte. Num fim de semana, realizaram-se atividades como jogos de discussão e *sketches* de teatro, representando diálogos como forma de aprender a exigir direitos e a perceber a importância do Sindicato. A abordagem histórica do serviço doméstico é igualmente uma temática constantemente presente, valorizando, sobretudo, o parte da luta trabalhista.

O objetivo destes encontros passava por unir a alegria e simplicidade à aprendizagem. A par destes esporádicos eventos, era frequente a realização de noites culturais, com a passagem de filmes com teor marcadamente político e organização de excursões, de forma a contribuir para uma fuga ao trabalho doméstico que isolava as empregadas domésticas e as prendia na exploração e ignorância.

Conclusão

Apesar de se verificar uma incapacidade de identificar quantitativamente as empregadas que efetivamente se alfabetizaram ou adquiriram determinado nível de educação no âmbito do Sindicato do Serviço Doméstico, Vieira (2010: 354) refere que o mais possível era terem sido abrangidas “centenas delas a nível nacional”. Com destaque para as cidades do Porto, Lisboa, Aveiro e Évora, as empregadas domésticas, marcadas pela invisibilidade de género e do seu trabalho, obtiveram a possibilidade de, no seio sindical, alterarem aquela que seria a norma: uma elevada taxa de analfabetismo.

Não obstante, a ação do Sindicato passou por muito mais do que a alfabetização, associada a uma capacidade de intervenção política maior. Influenciada pelo movimento socialista pregado durante o Período Revolucionário, o Sindicato do Serviço Doméstico apostou num formato de *educação popular* semelhante e que concedesse às suas

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

associadas e outros interessados ferramentas para elevarem a sua profissão e se libertarem das estruturas opressoras que os mantinham na obscuridade.

Deste modo, confirmou-se, neste artigo, que o desenvolvimento cultural contribuiu para esta libertação, ainda que de forma limitada, gerando-se, inclusive, um respeito mútuo entre patrão e trabalhador, como confirma Vieira (2010). Os testemunhos das empregadas domésticas evidenciam precisamente o aumento da sua capacidade de intervenção: “agora somos capazes de discutir e analisar as situações com que [nos] deparamos diariamente” (*Boletim*, n.º 13, setembro de 1977: 2).

Para além de aprender a ler e a escrever, as sindicalistas apostaram noutras formas de aprendizagem como o teatro, contribuindo para a “tomada de consciência das realidades e desenvolvimento da capacidade de expressão artística das (...) associadas” (*Boletim* n.º 13, setembro de 1977: 2), cursos de formação e excursões, tal como a produção de *Boletins Formativos e Informativos* que permitiram o acesso a informação e a lugares que fora do Sindicato, dificilmente conheceriam.

A educação política desempenha um papel incontestável no reconhecimento dos direitos das pessoas, tal como para a sua preservação, estando intrinsecamente ligados à necessidade de se ser alfabetizado. Desta forma, concluímos que os mecanismos e resultados apresentados pelo Sindicato demonstram que, apesar das suas limitações, estes contribuíram para a emancipação política e cultural de dezenas de associadas.

Lista de fontes

Arquivo da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), Seixal, consultado em novembro de 2023:

1. Direção do Sindicato do Vestuário do Porto, (1976), *A dupla exploração da mulher trabalhadora*, Porto, CTGTP-IN – SSD – 001 – 006 – 018. Cx. 008.
2. Órgãos dirigentes do Sindicato do Serviço Doméstico – Ata do encontro nacional de 04 de julho de 1976, redigida a 16 de julho de 1976. Circular n.º 8. Arquivo: PT / CGTPIN – SSD – 001 – 002 – 001. Cx. 001
3. Direção de Serviços de Ação Educativa (1980), *Material de Leitura – Fase de Iniciação. Apoio às Acções de Alfabetização e Educação Básica de Adultos*,

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

- Coleção Ler o DIA-A-DIA, Lisboa, Ministério da Educação e Ciência, Direção-Geral da Educação de Adultos, PT / CGTPIN / Cx. 051 / SSD – 004 – 005 – 002.
4. *Empregadas Domésticas - Mulheres em Luta (1980)*, transcrição da peça de teatro, consultada no arquivo da CGTP-IN, referência arquivística: PT/ CGTPIN / Cx. 051 / SSD – 004 – 005 – 002
 5. Curso de formação para as mulheres a dias e empregadas domésticas para preparação do I Congresso das e dos trabalhadores do serviço doméstico (s/data) | PT / CGTPIN / Cx.051 / SSD-004-005-002
 6. MULHERES a dias e Emp.^a Domésticas do norte em acção (dezembro, 1981) | PT / CGTPIN / Cx. 001 / SSD-001-002-001

Boletins Formativos e Informativos – PT / CGTPIN / Cx. 050 / SSD-004-001-001

1. Boletim Informativo n.º 4/5, s/data
2. Boletim Informativo n.º 8, julho de 1975
3. Boletim Informativo n.º 10, julho de 1976
4. Boletim Informativo n.º 11, outubro de 1976
5. Boletim Informativo n.º 12, fevereiro de 1977
6. Boletim Informativo n.º 13, setembro de 1977
7. Boletim Informativo n.º 14, março de 1978
8. Boletim Formativo e Informativo n.º 16, março de 1979
9. Boletim Formativo e Informativo n.º 18, maio de 1980
10. Boletim Formativo e Informativo s/n.º e s/data

Outra documentação:

Base – fut: CCO (1973), *Manual de Alfabetização*.

Boletim da Comissão da Condição Feminina (1979). N.º 4, adquirido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sem referência.

Instituto Nacional de Estatística (1973), *Portugal: 11.º Recenseamento da População Continente e Ilhas Adjacentes 1970 – Estimativa a 20% - 1.º volume*, Sociedade Topográfica Lda.

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

Instituto Nacional de Estatística (1973), *Portugal: 11º Recenseamento da População Continente e Ilhas Adjacentes 1970 – Estimativa a 20% - 2º volume*, Sociedade Topográfica Lda.

Fontes em vídeo:

RTP (1974), *Reunião do Sindicato do Serviço Doméstico*, [vídeo, notícia], Lisboa.

RTP (1974), Reunião de empregadas domésticas, In *Noticiário nacional de Maio*, [vídeo, notícia], Lisboa.

Referências bibliográficas

ABRANTES, Manuel (2012), “A densidade da sombra: trabalho doméstico, género e imigração”, *Sociologia, problemas e práticas*, N.º 70, pp. 91-110, [consulta em 09/11/2023]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/1126>.

ABRANTES, Manuel (2012), “A Matter of Decency? Persistent Tensions in the Regulation of Domestic Service”, *Revista de Estudos Sociais*, N.º 45, pp. 110-122. [consulta em 15/11/2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7440/res45.2013.09>.

ABRANTES, Manuel; BRASÃO, Inês; DIAS, Nuno (2020), “Trabalho sem fronteiras: Perspetivas sobre os serviços domésticos e a prestação de cuidados”, *Cidades*, N.º 40. [consulta em 10/11/2023]. Disponível em <http://journals.openedition.org/cidades/1977>.

BARREIRO, Júlio, (1987), *Educação popular e o processo de consciencialização*, Lisboa, Livros Horizonte.

BRASÃO, Inês, (2012), *O Tempo das Criadas: A condição servil em Portugal (1940-1970)*, Lisboa, Tinta da China.

BRITES, Jurema, (2007), “Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores”, *Cadernos Pagu*, pp. 91-109.

CASTRO, Marcio de, (2020), «*Com quantas vozes se faz um coro*» *Teatro Forja, expedientes estéticos, formação cultural e sindical (1979-1986)*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Repositório da Produção USP, [consulta em 16/11/2024]. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003133179>

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

DIAS, Nuno (2021), “Recensão de Nuno Dias: A. Celeste Vieira (2019) *Mulheres em Luta. A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindicato do serviço doméstico (1960 – 1986)*”, Porto, Edições Afrontamento, p. 340 [consulta em 13/12/2023]. Disponível em: <https://projetos.dhlab.fesh.unl.pt/s/memorias-de-servidao/item/53884>

DUBY, Georges; PERROT, Michelle, (dir.), (1994), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento.

FERNANDES, Rogério, (1987), *Educação: uma frente de luta*, Lisboa, Livros Horizonte.

FREIRE, Paulo (1974), *Uma educação para a liberdade*, Porto, textos marginais, 3ª ed.

FREIRE, Paulo (1975). *Pedagogia do Oprimido*, Porto, Edições Afrontamento, 2ª ed.

MELO, Alberto; BENAVENTE, Ana (1978), *Educação popular em Portugal 1974-1976*, Lisboa, Livros Horizonte.

MOGARRO, Maria João; PINTASSILGO, Joaquim (2009), “Educação, cidadania e alfabetização em contexto revolucionário”, *A escola como espaço social*, pp. 51-68, Porto Editora.

MÓNICA, Maria Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Coleção Análise Social. Editorial Presença.

NASCIMENTO, Carlos Alves (2004), “Pluriatividade, Pobreza Rural e Serviço Doméstico Remunerado”, *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Vol. 42, N.º 2, pp. 341-364, [consulta em 08/12/2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032004000200008>

REIS, Sirley Teresa (2023), “Gramsci e Paulo Freire, reflexões sobre a educação popular”, *Revista nuestraAmérica*, N.º 21, pp. 01-12, [consulta em 16/01/2024]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48736809>

RÊSES, Erlando da Silva; SILVEIRA, Dimitri Assis (2023), “Movimento sindical, formação e escolarização da classe trabalhadora no distrito federal”, *Germinal: marxismo e educação em debate*, V. 15, N.º 2, pp. 356-370.

SCOTT, Joan Wallach; TILLY, Louise Audino (1989), *Women, work and family*, New York, Routledge.

SCOTT, Joan Wallach (1991), “A invisibilidade da experiência”, *Critical Inquiry*, Vol. 1, N.º 4, Universidade de Chicago Press [tradução de Lúcia Haddad].

Soraia Oliveira – *Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 153-176.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a8

SCOTT, Joan Wallach (1990), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação & Realidade*, V. 15, N.º 2.

SIQUEIRA, Tatiana Lima (2008), “Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero”, *Revista Ártemis*, N.º 8, pp. 110-117.

STOER, Stephen (1986), *Educação e mudança social em Portugal; 1970-1980, uma década de transição*, Porto, Edições Afrontamento.

STOER, Stephen; DALE, Roger, (1999), “Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo da Revolução Portuguesa”, *Educação, Sociedade & Culturas*, N.º 11, pp. 67-81.

TEIXEIRA, José Luiz, (2006), *Alfabetização de adultos: cidadania no canteiro de obras*, Monografia de Pós-Graduação, Florianópolis, Universidade do Sul de Santa Catarina.

VIEIRA, Antónia Celeste de Jesus (2010), *A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960-1986)*, Tese de Doutoramento na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Estudo Geral. Repositório científico da UC. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/13868>